

# RAÍZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Resultado de pesquisa em andamento

GT15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Nelcilene da Silva Palhano Cavalcante<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem o objetivo de analisar historicamente as raízes da Educação Ambiental (EA) na Amazônia, tendo como foco o município de Santarém-PA-Brasil. A via para isso é iniciar pela análise da questão ambiental na região, no contexto da política integralista do regime militar das décadas de 60 a 80. Assim, a questão central desse estudo é: como foi se enraizando a educação ambiental em Santarém a partir dos anos 60? A pesquisa proposta está sendo desenvolvida numa abordagem qualitativa tendo o método dialético como norteador, instrumentos de coleta de dados, análise documental e entrevista semi-estruturada. A técnica para tratamento desses dados será a análise de conteúdo.

**Palavras-chave:** Educação, Meio ambiente, Amazônia,

## I-Introdução

A Educação Ambiental preconizada nos tratados internacionais e nacionais permite que ela tenha um espaço legal constituído, o que tem proporcionado sua inserção nas escolas, nos meios de comunicação e instituições diversas. Entendemos que é necessário tomá-la como práxis na vida cotidiana e ao mesmo tempo como objeto de investigação para que avancemos para além do ativismo que muitas vezes tem lhe impregnado e, discutamos como foi se constituindo histórica e epistemologicamente.

Assim, neste estudo pretendemos analisar as raízes da Educação Ambiental (EA) na Amazônia, tendo como foco o município de Santarém-PA. A via para isso é iniciar pela análise da questão ambiental na região, no contexto da política integralista do regime militar das décadas de 60 a 80. A partir de meados da década de 80 presenciamos a abertura política e redemocratização do Brasil, sendo que em nível internacional e nacional assistimos, na década de 90, a avanços do debate ambiental no que concerne à elaboração de diretrizes para tratar a questão.

Como objetivos específicos desse estudo pretendemos analisar as relações entre as políticas integralistas do regime militar, a educação e a questão ambiental na Amazônia; identificar as tendências que a educação ambiental nesse período foi assumindo: comportamentalista/tecnicista ou emancipatória; e ainda compreender como a partir da década de 90 a educação ambiental se insere na educação santarena.

## II. Por que estudar educação ambiental na Amazônia

---

<sup>1</sup>O trabalho apresentado é resultado inicial da pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade DINTER entre Universidade Estadual de Campinas-SP(UNICAMP) e (UFOPA) Universidade Federal do Oeste do Pará-Brasil.

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Acadêmica do Programa de Doutorado em Educação – Modalidade DINTER entre Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e UFOPA. E-mail: [n\\_palhano@yahoo.com.br](mailto:n_palhano@yahoo.com.br). Bolsista CAPES.

Realizar um estudo sobre as raízes da educação ambiental na Amazônia numa perspectiva histórica, tendo como foco o município de Santarém-PA, pode ser justificado sob várias dimensões. No caso do projeto em andamento, a escolha do problema se deu a partir do envolvimento pessoal com a temática nos últimos anos, mas principalmente porque pode trazer contribuições no plano teórico para a elaboração de políticas ambientais e para a prática profissional daqueles que atuam na área.

A inserção da questão ambiental na educação tem nos inquietado enquanto educadora há algum tempo. Primeiro, chegou um momento em que percebemos que não estávamos num ponto qualquer do Brasil, e sim na Amazônia, rica em diversidade biológica e cultural que a globalização capitalista ameaça anular através de uma cultura ditada principalmente pela universalização de valores e práticas consumistas (Hirsch, 1998).

Uma segunda inquietação advém da percepção que temos de que, muitas vezes, a questão ambiental é tratada por cientistas das ciências naturais como se, o ser humano também não fosse parte da natureza e questões sociais pudessem ser negligenciadas no âmbito do debate ambiental. Tal separação natureza/ser humano é criticada por Santos (2010) como consequência da Ciência Moderna que, no afã de dominar a natureza, separou dela o homem.

Além dessas inquietações é possível ainda acrescentar que, concordamos com alguns autores de que há falta de aprofundamento teórico (Guimarães, 2006; Layrargues, 2006) e de contextualização histórica (Loureiro, 2009), nas abordagens correntes da EA e isso, aliada a uma concepção distorcida da Amazônia divulgada pela mídia a partir da década de 80 (Arbex Jr. 2005).

Daí a importância de desenvolver um estudo com uma abordagem histórica, principalmente quando se propõe buscar as raízes da EA abrangendo um período pouco abordado na literatura sobre a temática e que desencadeou políticas desenvolvimentistas para a região amazônica de forma mais agressivas, tendo inclusive tornado o *locus* desse estudo, Santarém, área de segurança nacional.

Referente a tal período, em que o município se tornou área de segurança nacional, cabe mencionar a pesquisa de Mestrado de Colares (1998), que faz uma análise da educação em sentido mais amplo. Acreditamos que a presente pesquisa poderá ampliar o conhecimento dessa fase do município ao buscar, agora, as relações entre a educação e a questão ambiental.

A análise a ser empreendida não se propõe a ser uma simples enumeração dos fatos ou marcos relevantes para a EA no município, mas sim, trazer à tona as raízes de como foi se inserindo na educação a dimensão ambiental, sendo, por isso, importante analisar quais as tendências que essa educação que foi assumindo no período delimitado. Loureiro (2006) faz uma distinção entre duas visões que tem norteado a EA. A primeira, que ele denomina de “emancipatória” por ter um caráter crítico e uma perspectiva transformadora da sociedade; e outra “comportamentalista”, que visa a mudar as atitudes dos sujeitos para respeitar o meio ambiente sem romper com o modelo societário vigente.

Como afirma Layrargues (2006): “[...] Se antes bastava adjetivar a educação como ‘ambiental’, como contraposto da educação convencional que não era ambiental, o momento atual evidencia que já não é mais possível estabelecer referências genéricas a uma mera ‘educação ambiental.’” (p.89).

Portanto, acreditamos que conhecer as raízes de como a questão ambiental tem sido tratada na educação possibilita vislumbrar se as perspectivas adotadas historicamente podem contribuir para a construção de uma *práxis* educativa que supere as fragilidades teóricas que já têm sido apontadas na EA. Outrossim, que esse conhecimento possa levar a uma compreensão da complexidade e das contradições da questão ambiental na Amazônia e, assim, fundamentar políticas públicas que de fato contribuam para o seu desenvolvimento em Santarém e na região.

Nessa mesma perspectiva, o conhecimento produzido pode também contribuir para reflexão e talvez reorientação de caminhos daqueles que atuam na área, pois a prática desprovida de reflexão é mero ativismo (Freire, 2005).

### **III. Um caminho a ser percorrido**

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa proposta está sendo desenvolvida numa abordagem qualitativa, tendo o método dialético materialista histórico como norteador.

Vale aqui destacar que segundo Sanfelice (2008), o método materialista histórico não se constitui um instrumental para a pesquisa, mas que pesquisas que seguem essa linha buscam analisar exaustivamente a realidade estudada para ir além da aparência imediata em busca da essência do objeto investigado captando o seu movimento histórico e as contradições que lhe são inerentes.

Esse objeto precisa ser captado na sua totalidade, pois, sem isso o pesquisador não consegue avançar muito. Contudo, mesmo quando avança e obtém o conhecimento do objeto, esse conhecimento é sempre relativo, e, mesmo buscando a totalidade, apenas dá conta de uma parcela dessa totalidade, o que não significa que lhe faltou o rigor. Essa é a natureza do próprio conhecimento, o que permite a busca constante de seu aprofundamento.

Em relação à natureza das pesquisas qualitativas, para Mazzotti & Gewandsztnadger (1998) elas são multimetodológicas pois, para captar as informações podem ser utilizados mais de uma técnica e instrumento de coleta de dados. Inicialmente está em desenvolvimento a pesquisa bibliográfica, que será seguida da pesquisa documental cujas fontes primárias podem ser jornais, revistas, projetos e planos educacionais da Secretaria de Estado da Educação do Pará (SEDUC), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), arquivos da Rádio Rural, TV Tapajós em Santarém-PA e arquivos públicos. Também será utilizada a pesquisa de campo tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. O tratamento e análise dos dados será feita através da técnica de Análise de Conteúdo.

Considerando a abrangência da região amazônica delimita-se para este estudo, o Estado do Pará, em particular o município de Santarém – principal cidade pólo da mesorregião oeste do estado, composta de 27 municípios, situados à margem direita do Rio Amazonas, e às margens da foz do rio Tapajós –, que de forma breve podemos caracterizar como tendo sido área de segurança nacional (1969-1985) durante o regime militar. Atualmente o município está localizado na área de influência direta da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), tem se mostrado como uma fronteira de expansão da soja e em dois de seus municípios vizinhos são desenvolvidos dois grandes projetos de mineração pela Alcoa Mundial e a Mineração Rio do Norte, ambas visando a extração de bauxita. Todos esses empreendimentos representam grande impacto ambiental, o que põe em evidência a relevância da educação ambiental na região, particularmente em Santarém.

### **IV- O ponto de partida: fundamentos teórico-metodológicos na investigação da educação ambiental**

Atualmente é cada vez mais presente na mídia, nas conversas cotidianas e no meio acadêmico, o debate da questão ambiental e da necessidade de uma educação voltada para ela. Ao fazer um retrospecto do período em que essa inserção do debate ambiental avança para o campo educacional percebemos que geralmente as discussões iniciam a partir da década de 70, embora o termo Educação Ambiental (EA) tenha sido divulgado publicamente em um evento educacional na Universidade de Keele no Reino Unido em 1965 (Loureiro, 2009). São citados como marcos significativos dessa discussão: a Conferência de Estocolmo (1972) e o I Seminário Internacional de Educação Ambiental de Belgrado (1975).

É a partir desses dois principais eventos que o termo passa a ser divulgado internacionalmente. Contudo, ao buscarmos as raízes da educação ambiental na Amazônia, e precisamente em Santarém, é necessário fazer uma contextualização, sobretudo a partir da década de 60, por se tratar de um período histórico que trouxe grandes marcas para a nação brasileira e que

desencadeou na Amazônia vários projetos integracionistas, sem a preocupação ambiental que despontava em cenário internacional.

De fato, contraditoriamente, se em nível internacional o debate ambiental avançava, no Brasil as políticas da ditadura militar o ignoravam e até estimulavam a degradação do meio ambiente, sob o pretexto de que dar atenção à questão ambiental, naquele momento, seria colocar limites para o crescimento do país. É nesse contexto que a Amazônia passa a ser alvo de políticas integralistas, já iniciadas no governo Vargas, cujo lema amplamente conhecido foi “integrar para não entregar” (Oliveira, 2005).

Como afirma Arbex Jr. (2005) “[...]o período de ocupação da Amazônia a partir das iniciativas do regime militar deu-se sob a égide de um aforismo emblemático associado a esta estratégia: ‘Uma terra sem homens (Região Norte) para homens sem terra (Região Nordeste)’.”(p. 36-37)

A concepção de um vazio demográfico na região amazônica alimentou uma política que previa preencher esse vazio, integrando-o às demais regiões do país, como se a floresta não fosse habitada, ignorando completamente as populações tradicionais que aqui viviam e ainda vivem, principalmente os indígenas, mas também quilombolas.

O que ficou evidenciado historicamente é que esse “integrar”, na prática, significou a degradação ambiental em seus vários aspectos, sendo os mais expressivos o desflorestamento e a destruição de patrimônio cultural de populações tradicionais, devido às condições de seus *habitats* terem sido drasticamente modificadas pelos grandes projetos implantados. Ao abordar a imagem construída sobre a Amazônia no regime militar, Arbex Jr. continua: “[...] uma imagem da Amazônia como se fosse uma nova ‘terra de oportunidades’ exposta apenas à ousadia e determinação de aventureiros; celebrou a “força do homem contra a natureza”, simbolizada pela motosserra e por grandes obras como a Transamazônica [...]” (p. 37)

Ora, quando olhamos para essa realidade que foi sendo construída historicamente e nos propomos investigar como a educação ambiental foi sendo inserida nesse contexto, acreditamos que cabe assinalar duas considerações importantes. Primeira, que a educação enquanto processo social amplo que afeta a todos, seja através do sistema formal, seja de modo não-formal, está diretamente colada ao contexto histórico/ social em que se desenvolve. Segunda, que é preciso analisar qual visão de meio ambiente foi sendo incorporada nos processos educativos.

Estudos já realizados apontam que a dimensão ambiental inserida na educação assumiu um viés naturalista (Dias, 1991; Leonardi, 1997; Reigota, 2001; Pedrini, 1998, Palhano, 2006) que enfatiza os desequilíbrios ecológicos em detrimento da degradação social que acompanha tal destruição, com uma clara orientação metodológica que responsabiliza, em última instância, o indivíduo e não o modelo econômico vigente e suas contradições. Nessa linha, a EA é defendida como estratégica para alcançar o falacioso emblema e ideológico “desenvolvimento sustentável”, na perspectiva de que “se cada um fizer sua parte salvaremos o planeta”. Daí as campanhas educativas esporádicas, não somente na escola, mas também, promovidas por empresas e outras instituições para “jogar o lixo, no lixo”, retirar o lixo da margem de rios e igarapés, plantar árvores, fazer caminhadas em áreas verdes, racionar o uso da água, da energia, etc.

Por essa via naturalista da educação ambiental, que trabalha, muitas vezes, numa abordagem comportamentalista de educação (Loureiro, 2006), não há uma reflexão crítica que exponha as contradições do próprio desenvolvimento sustentável. Longe de afirmar que as ações anteriormente mencionadas, não são importantes, o que acreditamos é que elas são insuficientes e muitas vezes empobrecidas teoricamente paragestar – no sentido de dar vida – a um processo educativo que exponha as contradições da questão ambiental em qualquer lugar do planeta onde o capitalismo mostra a sua face e, em especial, na Amazônia, marcada historicamente pela exploração. Uma visão “romântica” da natureza e da região amazônica pode ser nefasta, pois, pode tornar essa via da EA mais

um instrumento de escamoteamento das contradições existentes no modelo econômico vigente que entendemos está na gênese da degradação ambiental.

Se a EA, como é amplamente divulgada nas recomendações internacionais e nacionais, é fundamental para superar a degradação ambiental na região amazônica, pensamos que pautá-la numa perspectiva “romântica” da floresta, da sua gente, de seus recursos e serviços ambientais, muito pouco pode contribuir para expor e buscar alternativas que superem os conflitos que ameaçam a sua biodiversidade e a vida daqueles que a defendem. É muito simplório promover programas de EA que enfocam apenas mudanças de atitude e “amor à natureza”, quando o centro do problema não é de caráter afetivo e comportamental e sim, encontra-se na própria natureza do modelo civilizatório fundamentado no capitalismo e na sua atuação histórica sobre a região amazônica e os povos da floresta.

Há um amplo debate que expõe como a lógica do “desenvolvimento sustentável”, definido no Relatório do Brundtland (1987) e divulgado a partir da Eco-92, aparece no cenário político-acadêmico como uma alternativa para enfrentar a crise ambiental, sem, no entanto, romper com a lógica capitalista, o que confere a essa proposta um caráter apenas paliativo. Como afirma o Manifesto Ecosocialista Internacional de 2001, cujo um dos autores foi Michael Löwy (2012):

Nós entendemos que o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica colocar limites ao processo de acumulação, uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra ‘cresça ou morra!’. [...]. (p.2)

Assim, não podemos tratar adequadamente a EA sem contextualizá-la em relação a esse tipo de desenvolvimento e da direção que ele e ela foram assumindo historicamente. Neste sentido, segundo Loureiro (2009):

Dentro do que queremos destacar consideramos que a ausência de reflexão histórica configura um empobrecimento teórico da educação ambiental, a começar pelo próprio entendimento do sentido que a educação ganha na relação sociedade-natureza e sua atuação no cenário de reversão da degradação ambiental e da crise civilizatória [...].( p. 38).

Desse modo, entendemos que analisar a EA na Amazônia reclama uma perspectiva histórica, considerando que essa região ao longo dos séculos tem sido tratada como celeiro e fonte inesgotável de recursos naturais, sobretudo a partir dos últimos anos. De acordo com Sarges (2010) essa região sempre foi saqueada e esteve sob influência do mercado externo que intenciona apenas aproveitar-se de suas riquezas.

Abordar a EA por essa via de análise se faz necessário porque, quando lançamos, mesmo que seja um breve olhar sobre a história da Amazônia, numa perspectiva histórico-dialética, que permite analisar o movimento da realidade e as contradições que lhe são inerentes, percebemos que é extremamente falaciosa a proposta de uma educação ambiental que, enquanto processo educativo amplo, não exponha, não traga à luz tais contradições, acirradas a partir do regime militar.

Mesmo nos anos que se seguiram à abertura política nos anos 90, estudos (Torres, 2005; Castro, 2008; Sauer & Almeida, 2011) permitem afirmar que o tratamento dado à problemática ambiental na Amazônia não mudou substancialmente, mas tem assumido outras configurações para se adaptar às mudanças e exigências do capital; e romper com essa visão não tem sido preocupação central das elites políticas dirigentes. Em se tratando do município de Santarém, localizado no oeste do Pará encontra-se numa área marcada historicamente por essa problemática. Durante o regime militar foi área de segurança nacional, pois segundo Colares (1998):

Mesmo não sendo um município de fronteira internacional, os militares eram conhecedores da importância de que se fossem criadas as condições de infraestrutura e suporte para possíveis necessidades em situações de conflitos, seja considerando um eventual inimigo externo (possibilidade mais remota) ou, principalmente, contra o ‘inimigo interno’ (que para os militares já estava atuando no Estado do Pará, na região do Araguaia). (p. 77).

Ainda de acordo com o autor citado, para a opinião pública santarena, tal período foi visto como promotor do desenvolvimento local, uma vez que um aporte significativo de recursos foi alocado na economia da região. É nesse contexto que ocorre a instalação do 8º. Batalhão de Engenharia (8º. BEC) do Exército em 1970, que tendo também a intenção de vigilância militar na região, foi destacado para iniciar as obras da BR-163 em 1971. Essa rodovia foi então concebida como propulsora de desenvolvimento, pela posição geográfica privilegiada de ter como ponto final o porto de Santarém, o que permitiria a integração com o Centro-Oeste, como ilustra Oliveira (2005, p. 83) através da manchete de uma revista da época:



Figura 1. A inauguração da BR-163 – 1976.  
Fonte: Amazônia, ano II, n. 21, nov. 1976. p. 17.

Passadas quatro décadas, essa rodovia, ainda hoje inacabada, pode de fato representar essa possibilidade de desenvolvimento para região e para Santarém, como também pode trazer mais problemas ambientais além daqueles já graves que tem gerado.

Vale ressaltar que, a partir de 2000, Santarém foi inserida, assim como outros municípios do Oeste do Pará, como fronteira da soja. Foi nessa conjuntura que os governos federal, estadual e empresários do agronegócio se aliaram para o asfaltamento dessa rodovia. Aliás, esse tipo de monocultura foi trazida para a região a partir de articulações do governo municipal e dos governos dos estados do Pará e do Mato Grosso, ainda na década de 90, que estimularam as primeiras experimentações sobre a viabilidade da soja em solo santareno. Associada a essas articulações políticas e econômicas, vislumbrando a expansão e escoamento da soja, é que se instalou em 2003, na praia da Vera Paz, o Porto da Cargill, considerado estratégico pela posição geográfica para a exportação da *commoditie*, seja aquela produzida no município, seja aquela transportada via BR-163 do centro-sul do país. A presença da soja em Santarém e Belterra trouxe, além de desmatamento desordenado, pressão sobre moradores de áreas próximas à BR-163 para que vendessem suas terras, tendo, dessa maneira, ocasionado a expansão de bairros periféricos no município de Santarém e, por sua vez, vários problemas sociais (COSTA, 2011).

## Considerações

É nesse contexto exposto anteriormente, marcado por contradições e pelo aceno de um desenvolvimento que ainda não se fez presente e, parece cada vez mais distante, diante dos rumos que assume com o capital, que se desenha a ação educativa e por sua vez, da educação ambiental.

Aprofundar tal discussão é fundamental para captar como a educação ambiental se devolveu nos últimos anos no chão amazônida, pois partimos do entendimento inicial que tratar a educação ambiental é tratar da educação. Isso implica buscar seus fundamentos filosóficos, epistemológicos reconhecendo que sua inserção nas escolas ocorrem a partir da definição de políticas engendradas numa sociedade permeada de contradições, sendo que, as políticas traçadas para a educação nunca ocorrem desvinculadas de políticas mais abrangentes que afetam a sociedade como um todo.

Sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer neste estudo, contudo as análises aqui apresentadas, em fase inicial, já nos permitem adiantar que fazer uma educação ambiental emancipatória na Amazônia é um grande desafio, considerando o contexto sócio histórico aqui esboçado.

## REFERÊNCIAS

- Arbex Jr., José. (2005). “Terra Sem Povo”, Crime Sem Castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: Torres, Maurício. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq.
- Colares, Anselmo Alencar. (1998). **Sociedade e educação em Santarém-PA: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984)**. Campinas, SP: [s.n]. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP. Campinas-SP.
- Costa, Solange Maria G. (2011). Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: Sauer, Sérgio; Almeida, Wellington. (Org.) **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Dias, Genivaldo Freire. (1991). Os quinze anos de educação ambiental no Brasil. **Em Aberto**. Brasília, v.10, n.49, jan/mar.
- Freire, Paulo. (2005). **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guimarães, Mauro. (2006). Armadilha paradigmática na educação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez.
- Hirsch, Joachim. (1998). **Globalización, capital y Estado**. 2ª Reimpressão. Trad. Para o espanhol Gabriela C. Pérez. México: Universidade Autónoma Metropolitana –Xochimilco.
- Layrargues, Philippe Pomier. (2006). Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, Carlos Frederico B. (Org.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez.
- Leonardi, Maria Lúcia A. (1997). A educação ambiental como um instrumento de superação de insustentabilidade da sociedade atual. In: Cavalcanti, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

- Loureiro, Carlos Frederico B. (2006 ). Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In:Loureiro, Carlos Frederico B.(Org.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez.
- Loureiro, Carlos Frederico B. (2009). **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez.
- Löwy, Michael;Oliveira, Marcos Barbosa de; Rousset Pierre. et.al. (2012). **Manifesto Ecosocialista Internacional**. Recuperado em09/06/ 2012 de <http://www.ecodebate.com.br/pdf/ecossocialismo.pdf>
- Mazzotti, Alda J.;Gewandsznadger, Fernando. (1998). **O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**.2.ed. São Paulo: Pioneira.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de.(2005).BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Torres, Maurício. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq.
- Palhano, Nelcilene da Silva. (2006).**Representações sociais de meio ambiente dos atores que atuam na formulação e execução das políticas de educação ambiental**. . Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas-Brasil.
- Pedrini, Alexandre de G. Trajetórias da educação ambiental.(1998). In: Pedrini, Alexandre de G (Org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Reigota, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. (2001).4. ed. São Paulo: Cortez.
- Sanfelice, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação.(2008). In Lombardi; Saviani. **O Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2010). **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo, Cortez.
- Sarges, Maria de Nazaré. (2010). **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª Ed. Belém: Paka- Tatu.
- Sauer, Sérgio; Almeida, Wellington. (Org.). (2011)**Terras e Territórios na Amazônia:demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- Torres, Maurício. (Org.). (2005). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq.